

Motoristas reclamam de ‘pegadinhas’ do tempo em semáforos no ABC

Amanda Lemos

O sinal fecha rápido, o amarelo mal aparece, e a multa chega dias depois. Essa é uma cena comum para muitos motoristas que circulam pelas cidades do ABC e que têm se revoltado com o que chamam de “pegadinhas” nos semáforos. Em meio a uma fiscalização cada vez mais intensa, Santo André e Diadema arrecadaram juntas mais de R\$ 65 milhões com multas de trânsito só no primeiro semestre de 2025.

Apesar de o número total de infrações ter caído 15% em Santo André e 2,4% em Diadema no comparativo entre os primeiros semestres de 2024 e 2025, a arrecadação com multas cresceu significativamente em ambas as cidades.

Em Santo André, foram 183.347 autuações no primeiro semestre de 2024, contra 157.477 em 2025 — uma queda de 25.870 multas. Já em Diadema, o número caiu de 150.079 para 146.414 infrações.

Mesmo com menos multas, a arrecadação subiu: em Santo André passou de R\$ 24,9 milhões para R\$ 34,5 milhões; em Diadema, manteve-se estável, com R\$ 31,9 milhões em 2024 e R\$ 30,7 milhões em 2025.

Em São Bernardo, o motorista de aplicativo Giovanni Pinho, 46 anos, reclama do tempo dos semáforos na avenida Lucas Nogueira Garcez, próximo ao Paço Municipal. “Não dá tempo de passar e já multam. Quando há trânsito, a situação piora; parece uma armadilha”, afirma. Por causa disso, Pinho evita trabalhar na região: “Se vejo que a rota passa por ali nos horários de pico, prefiro mudar o trajeto ou até recusar a corrida”, afirma.

Em São Caetano, a situação não é muito diferente. Um motorista que prefere não se identificar relata que as multas no sinal amarelo têm se tornado cada vez mais comuns. “Muitas pessoas são multadas de forma injusta, e ninguém fala nada. Tem semáforo que fica menos de 10 segundos aberto e, quando está no amarelo, já fecha rapidamente”, conta. O motorista aponta o cruzamento da rua Baraldi com a rua Manoel Coelho, no Centro, como um dos locais mais problemáticos. “Já recorri

de uma multa dali, mas o pedido foi negado”, conta.

Na avenida Prefeito Valdério Prisco, em Ribeirão Pires, o engenheiro Lucas de Oliveira Araújo, 29 anos, também reclama do tempo do semáforo. “Ele fica aberto por menos de 15 segundos. Dá para passar, no máximo, quatro ou cinco carros. A via é de mão única e o trânsito acaba acumulando. Não há radar para multar, mas o risco de acidente é alto, porque as pessoas não têm paciência para esperar abrir de novo”, relata.

Menos multas, mais arrecadação

Levantamento feito com as prefeituras mostra que, mesmo com menos multas, Santo André e Diadema aumentaram a arrecadação com infrações no primeiro semestre de 2025. Santo André aplicou 157.477 multas e arrecadou R\$ 34,5 milhões; em 2024, foram 183.347 multas e R\$ 24,9 milhões. Em Diadema, foram 146.414 multas e R\$ 30,7 milhões; em 2024, 150.079 multas e R\$ 31,9 milhões.

Em Rio Grande da Serra, segundo a administração municipal, não houve aplicação de multas nos dois anos. A Prefeitura informa que está em processo de contratação de empresa para estruturar a fiscalização.

As demais prefeituras da região não responderam até o fechamento desta reportagem.

Para onde vai o dinheiro das multas?

As prefeituras afirmam que os recursos são destinados a fundos municipais específicos para a manutenção e melhorias no trânsito. Em Diadema, o dinheiro vai para o Fundatran, criado em 2017 para financiar ações de controle, fiscalização e educação no trânsito. Já em Santo André, os valores são investidos conforme o Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução Contran 875/21, que incluem sinalização, engenharia de tráfego e policiamento.

Ainda assim, moradores dizem não perceber melhorias proporcionais à arrecadação e cobram investimentos em infraestrutura básica, como ajuste no tempo dos semáforos, faixas de pedestre e placas de sinalização. “De que adianta dizer que investem em melhorias no trânsito se a gente vê cada vez mais caos e fiscalizações falhas?”, questiona Lucas de Oliveira, morador de Ribeirão Pires.

O que diz a lei?

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) determina que a sinalização viária deve ser instalada e mantida em condições adequadas para garantir a segurança,

orientação e fluidez do trânsito. A responsabilidade pela implantação e manutenção da sinalização cabe aos órgãos municipais, estaduais e federais, que devem seguir as normas do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

Especificamente sobre os semáforos, a legislação prevê que os tempos dos sinais, como o amarelo, devem ser sincronizados para permitir que os motoristas tomem decisões seguras e evitar multas injustas causadas por mudanças abruptas. A Resolução Contran nº 160/2004 reforça que o tempo do sinal amarelo precisa ser suficiente para garantir a segurança dos condutores e pedestres.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3682937/motoristas-reclamam-de-pegadinhas-do-tempo-em-semaforos-no-abc/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cidades